



PROJETO DE LEI Nº. 021 DE 13 DE AGOSTO DE 2021.

Autoriza o Poder Executivo a associar-se e promover repasse de contribuição associativa anual à entidade que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA, Estado do Tocantins,

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA, Estado do Tocantins, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a participação do Município Formoso do Araguaia – TO, nas ações do Sistema Nacional de Turismo, por intermédio das instâncias de governança regional, de que trata o art. 8º, §1º, III da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo.

§1º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – participar da criação, fundação de entidade associativa privada, sem fins lucrativos, cujo objetivo social seja a institucionalização de Instância de Governança Regional, ou aderir à entidade já existente;

II – promover o repasse a título de contribuição anual do valor aprovado pela entidade como associado;

III – promover a atualização, sempre que necessária, aprovada pela assembleia geral da entidade, mediante Decreto;

IV – promover o repasse de outros valores, como contrapartida financeira para realização de projetos, eventos e ou ações específicas;

V – remanejar os recursos necessários à execução desta Lei.

§2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação nº 0003.0003.27.122.0002.2004.339039.00000.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Formoso do Araguaia, aos 13 dias do mês de agosto de 2021.

HENO RODRIGUES DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Heno Rodrigues da Silva
Prefeito Municipal



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
PROJETO DE LEI Nº. 021, DE 13 DE AGOSTO DE 2021.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,
Senhoras Vereadoras,

Encaminhamos para apreciação dessa Douta Câmara Municipal, o Projeto de Lei que visa à participação do Município de Formoso do Araguaia – TO, nas ações do Sistema Nacional de Turismo, por intermédio das instâncias de governança regional, de que trata o art. 8º, §1º, III da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo.

Assim, município poderá:

- I – participar da criação, fundação de entidade associativa privada, sem fins lucrativos, cujo objetivo social seja a institucionalização de Instância de Governança Regional, ou aderir à entidade já existente;
- II – promover o repasse a título de contribuição anual do valor aprovado pela entidade como associado;
- III – promover a atualização, sempre que necessária, aprovada pela assembleia geral da entidade, mediante Decreto;
- IV – promover o repasse de outros valores, como contrapartida financeira para realização de projetos, eventos e ou ações específicas;
- V – remanejar os recursos necessários à execução desta Lei.

A Política Nacional de Turismo, estabelecida pela Lei Federal nº 11.771/2008, tem dentre os seus princípios a regionalização do turismo, esta trabalha sob a perspectiva de que mesmo um município que não possui uma clara vocação para o turismo, ou seja, que não recebe o turista em seu território pode dele se beneficiar, se esse município desempenhar um papel de provedor ou fornecedor de mão de obra ou de produtos destinados a atender o turista. O trabalho regionalizado permite, assim, ganhos não só para o município que recebe o visitante, mas para toda a região.

Embasando-se em recomendações da Organização Mundial de Turismo, o Ministério do Turismo adotou em 2004 essa política focada no desenvolvimento regional, dando maior protagonismo às Unidades da Federação. O Programa de Regionalização do Turismo trabalha a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo Ministério do Turismo com estados, regiões e municípios brasileiros.

Seu objetivo principal é o de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e promoção do turismo no País.



Esse programa de enfoque territorial foi reformulado em 2013, quando foram definidos seus oito eixos de atuação, que orientam as ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo nas regiões e municípios, sendo eles:

- Gestão descentralizada do turismo;
- Planejamento e posicionamento de mercado;
- Qualificação profissional, dos serviços e da produção associada;
- Empreendedorismo, captação e promoção de investimentos;
- Infraestrutura turística;
- Informação ao turista;
- Promoção e apoio à comercialização;
- Monitoramento.

Neste contexto, destacamos a Gestão Descentralizada do Turismo, que tem suas diretrizes traçadas na Portaria nº 105 do Ministério do Turismo, de 16 de maio de 2013, que institui o Programa de Regionalização do Turismo, onde em seu art.3º traz o modelo de gestão adotada pelo Programa, conforme descrito abaixo:

Art. 3º. O modelo de gestão adotado pelo Programa de Regionalização do Turismo está alicerçado sob a ótica da gestão compartilhada, descentralizada, coordenada e integrada, proporcionando a participação, democratização, consensos e acordos, envolvendo a multiplicidade e diversidade de entes institucionais, agentes econômicos e sociedade civil organizada.

1º. Para os fins desta Portaria, a Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo estrutura-se nos seguintes níveis de atuação:

Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo			
AMBITO	INSTITUIÇÃO	COLEGIADO	EXECUTIVO
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Comitê Executivo
Estadual	Orgão Oficial de Turismo da UF	Conselho/Fórum Estadual	Interlocutor Estadual
Regional	Instância de Governança Regional - IGR	Interlocutor Regional	
Municipal	Órgão Oficial de Turismo do Município	Conselho/Fórum Municipal	Interlocutor Municipal

Assim, a dimensão e a diversidade do território brasileiro são de tal ordem que a estruturação e organização da oferta turística do País constituem um dos maiores desafios para a gestão e o desenvolvimento sustentável da atividade. A estruturação da oferta turística pode ser potencializada, se considerada em sua dimensão regional, em que diversos municípios se integram e se complementam na prestação de serviços aos turistas, agregando valor aos territórios. Tendo este princípio como referência, o Ministério do Turismo criou e vem implementando o Programa de Regionalização do Turismo, pelo qual os municípios são incentivados a um trabalho conjunto de estruturação e promoção, em que cada peculiaridade local pode ser contemplada, valorizada e integrada num mercado mais abrangente, e as Instâncias de Governanças Regionais fazem o elo entre os Municípios de sua região e o Estado, fazendo parte da cadeia organizacional do Programa de Regionalização do Turismo.

Missão:

Fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável e incrementar a competitividade dos destinos visando o fortalecimento da economia regional.

Visão:

Consolidar-se como referência em prol do desenvolvimento técnico e sustentável do turismo regional.

Atuação:

As principais atividades desenvolvidas pelas Instâncias de Governanças Regionais são:

- Ser instrumento de integração e de representação dos municípios em assuntos de regionalização;
- Prestar orientações básicas de uma gestão simples e funcional no Turismo;
- Incentivar municípios e empresas associadas em boas práticas de gestão;
-



Coordenar a participação da Região Turística em eventos de Promoção em parceria com Paraná Turismo e Ministério do Turismo;

- Incentivar o empresariado turístico no desenvolvimento da Região Turística; Representar os Municípios junto ao Estado e a União em assuntos de Regionalização;
- Mobilizar a cooperação e parcerias na elaboração de banners, folhetarias e outros;
- Comparecer nas reuniões, encontros e eventos.

APOIAR/ASSESSORAR

A realização de inventários, conselhos e Fundos municipais; Análise de eventos municipais (classificar e hierarquizar); Na identificação de atrativos de maior hierarquia;

A confecção de projetos para obtenção de recursos;

Na hierarquização de atrativos e equipamentos municipais para promoção, roteiros, modelos, etc;

Capacitar gestores públicos e privados dos municípios (em gestão, captação de recursos, desenvolvimentos de produtos, etc);

Ser canal de comunicação para ações cooperadas junto ao Ministério do Turismo;

Dentre as ações previstas visa dar maior visibilidade a Região Turística, desempenhando o importante papel na busca de parcerias estratégicas, captação de recursos e prestação de serviços para investimentos e melhoria da infraestrutura e acessos ao Destino.

Diante disso, a entidade torna-se, assim, um canal de comunicação entre governos estadual e federal, terceiro setor e empresas, através de ações de promoção e divulgação do turismo regional.

Desta forma justifica-se a filiação do Município de Formoso do Araguaia - TO junto à entidade, bem como a contribuição de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, totalizando no período de doze meses o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Salientamos que as IGRs podem prestar outros serviços, e mesmo atividades que envolvam repasse de recurso nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

Pelo exposto, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação dos Nobres



Prefeitura Municipal de
**FORMOSO
DO ARAGUAIA**
Tempo novo, compromisso com o povo.

Vereadores dessa Casa de Leis.

É a justificativa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins,
aos 13 dias do mês de agosto de 2021.


HENO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal de Formoso do Araguaia -TO

Heno Rodrigues da Silva
Prefeito Municipal